



## TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO Nº ...../20...

(Processo Administrativo n.º 23479.002641/2022-00)

### 1. DO OBJETO

- 1.1. **Registro de preços para** contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tradução, versão e revisão de artigos científicos e textos relacionados com a pesquisa científica e educacional, para atender as demandas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A Tabela de grupos e Itens está discriminada no Anexo 01 deste instrumento.

1.2.1. O valor total estimado desta contratação será de R\$ 882.332,43 (oitocentos e oitenta e dois mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e três centavos).

- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de tradução, versão e revisão de artigos científicos e textos relacionados com a pesquisa científica e educacional nos idiomas inglês, francês e espanhol.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são discriminados na tabela do **anexo 1**.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário
- 1.6. O contrato terá vigência pelo período de **08 (oito) meses**, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, **conforme anexo 2 deste documento**.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência **(anexo II)**.

### 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares **(anexo II)**, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:



- 5.1.1. Os serviços devem ser realizados por profissionais devidamente capacitados, com a apresentação de atestado de capacidade técnica (ou documentos afins), comprovando conhecimentos gramaticais e de vocabulário adequados para a execução do serviço.
- 5.1.2. É importante que a empresa prestadora do serviço tenha em seu quadro de pessoal pessoas nativas dos idiomas estrangeiros para que sejam encaminhados os textos para verificação sobre fluência antes da submissão do artigo para o periódico.
- 5.1.3. Ademais, a empresa prestadora do serviço deve apresentar comprovante de que há profissionais das áreas de conhecimento, conforme listadas a seguir: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes. As subáreas podem ser consultadas no link <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>.
- 5.1.4. No intuito de atingir os principais objetivos no tocante à divulgação de trabalhos científicos produzidos na Unifesspa, os serviços de tradução, versão e revisão de artigos e textos científicos necessitam seguir procedimentos básicos que proporcionarão maior credibilidade e transparência na prestação do serviço e, além disso, é estimada a acessibilidade linguística de textos acadêmicos internacionais para a formação acadêmica e científica na Unifesspa. Por se tratar de documentos de cunho acadêmico-científico, os quais serão submetidos a periódicos no âmbito internacional e de alta relevância.
- 5.1.5. Ainda neste âmbito, estima-se a versão internacional de informações presentes em material textual sobre a estrutura acadêmica e administrativa da instituição no formato eletrônico, assim como a possibilidade no formato impresso, a fim de promover o acesso sobre a Unifesspa no âmbito internacional.
- 5.1.6. O teor dos textos a serem solicitados os serviços deverão ser mantidos em sigilo, não podendo ser reproduzidos, parcial ou integralmente, publicados, divulgados ou repassados a terceiros. Devido ao tempo dedicado para a análise apropriada dos textos submetidos, além de prezar pela efetiva publicação dos mesmos, há a necessidade de encaminhar à empresa as sugestões de correções para que as devidas adequações sejam feitas, sendo, em especial, obrigação da empresa as correções de linguagem e gramaticais.
- 5.1.7. O fornecedor deverá deter equipamento atualizado para poder receber os textos produzidos pela comunidade acadêmica interna que encaminhará, por correspondência eletrônica à empresa, o arquivo em formato de texto editável (".doc" ou ".docx") e .pdf (para verificação da formatação informada pelo solicitante).
- 5.1.8. Para apurar o número de laudas, será utilizado o menu REVISÃO e o comando CONTAR PALAVRAS de processador de textos do Microsoft Word. ou semelhante desde que usado pela contratante e contratada.
- 5.1.9. Em virtude de alguns textos acadêmico-científicos apresentarem tabelas, figuras e outros recursos de imagem, é indicado que o serviço requisitado seja executado nos títulos desses a fim de que os conteúdos sejam preservados.
- 5.1.9.1. Caso seja necessário o serviço para as palavras presentes em tabelas, figuras e outros recursos de imagem, o autor deverá transcrevê-las no documento para que seja contabilizado o número de caracteres.
- 5.1.10. O prazo de entrega do serviço é de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil, após a data de entrega por meio eletrônico à empresa, e deverá entregar o trabalho em formato editável (".doc" ou ".docx") e uma versão



em PDF, preservando a formatação, layout e diagramação original, conforme orientação dos autores repassada à Unifesspa.

- 5.1.11. Na necessidade, espera-se que os serviços de versão ou tradução sejam feitos por profissionais distintos quando se tratar do pedido de revisão para o mesmo texto, quando for o caso.
- 5.1.12. Cada autor de cada texto submetido a qualquer um dos serviços necessita apresentar declaração de ciência e concordância referente à execução do serviço, em respeito aos direitos autorais.
- 5.1.13. A cada serviço solicitado, a empresa deverá enviar uma declaração/certificado de tradução, versão e/ou revisão, em português e no idioma estrangeiro correspondente ao serviço.
- 5.1.14. Para o serviço de revisão, o documento deve conter identificação (comentários, marcação, etc) nos trechos onde houve alteração para melhor visualização da execução do serviço.
- 5.2. Serviço não possui natureza continuada.
- 5.3. Para complementar e assegurar a qualidade dos serviços, será necessário incluir no Termo de Referência que a empresa que realizou a tradução ou versão, ao ser solicitada para realizar a revisão desses mesmos textos, seja outro funcionário, distinto daquele que realizou a tradução e/ou versão.
- 5.4. Haja vista os procedimentos descritos no item 4 do Estudo Técnico Preliminar, as soluções de mercado abrangem empresas especializadas em serviços de tradução, versão e revisão de textos, as quais obtêm em seu quadro pessoal, profissionais qualificados e comprovada experiência na execução de serviços referentes a artigos e textos acadêmico-científicos. Neste sentido não será aceito a utilização, em hipótese alguma, de ferramenta de tradução automática (machine translation) como o Google Translator para o serviço deste objeto.
  - 5.4.1. Exime-se o uso de ferramentas computadorizadas que possuem confiabilidade e credibilidade no mercado para o auxílio à tradução, como SDL TRADOS, MemoQ, dentre outros, desde que respeitadas as condições de sigilo e confidencialidade do contrato a ser firmado entre a Unifesspa e a empresa contratada.
  - 5.4.2. A Unifesspa poderá exigir da contratada a comprovação do uso de uma dessas ferramentas específicas de acordo com suas demandas internas, sem custo adicional para ambas as partes.
- 5.5. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

**5.6. As obrigações da Contratada e do Contratante estão previstas neste TR.**

**6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

- 6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

**7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 7.1. A execução do objeto Serviços de tradução, versão e revisão gramatical de artigos científicos e textos relacionados com a pesquisa científica e educacional nos idiomas inglês, espanhol e francês.
- 7.2. seguirá a seguinte dinâmica:
  - 7.2.1. A Unifesspa encaminhará, por correspondência eletrônica à Contratada, o texto em formatos de texto editável (".doc" ou ".docx"), e formato .pdf (para verificação de formatação do documento), execução do serviço (tradução,



revisão ou versão) constando a opção desejada de idioma e a área do conhecimento do CNPq, requerendo serviço especializado e domínio de terminologia técnica.

**7.2.2. O prazo de entrega do serviço é de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil, após a data de entrega por meio eletrônico à empresa, e deverá entregar o trabalho em formato editável (".doc" ou ".docx") e uma versão em PDF, preservando a formatação, layout e diagramação original, conforme orientação dos autores repassada à Unifesspa.**

7.2.2.1. Haverá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a verificação por parte da Unifesspa quanto ao serviço prestado pelo fornecedor.

7.2.2.2. Havendo correções a serem feitas, a Contratada terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a entrega pela Contratante do documento completo com as indicações das correções a serem feitas, salvo nos casos em que se acrescentar novo texto em volume superior aos 10% (dez por cento) do documento inicialmente traduzido. Neste caso deve-se utilizar o valor inicial de tempo de tradução. Na correção também se inclui a formatação original que porventura não foi mantida.

7.2.3. Poderão, quando for o caso, ser solicitadas, na mesma ordem de serviço, o serviço de versão e tradução, juntamente com o de revisão.

7.2.3.1. Espera-se que os serviços de versão ou tradução sejam feitos por profissionais distintos quando se tratar do pedido de revisão para o mesmo texto.

7.2.3.2. Para que se possa prever a certificação do serviço final, será necessário que a contratante remeta, por meio eletrônico, à Unifesspa, a comprovação do envio do texto ao Revisor para que se possa observar a execução desse serviço, especialmente, quando este for em conjunto com os serviços de versão e tradução

7.2.4. A contratada deverá entregar o trabalho em formato editável (".doc" ou ".docx") e uma versão em .PDF e, em cada versão do documento, deve-se preservar sua formatação, layout e diagramação original, conforme orientação da Contratante.

7.2.4.1. A formatação original, bem como as figuras, imagens ou tabelas constantes nos documentos devem ser mantidos conforme o original enviado pela Unifesspa. Caso haja alterações sem a autorização da Contratante, a empresa Contratada deverá no prazo de até 2 (dois) dias úteis retornar com as formatações originais sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis

7.2.5. A Contratada deverá manter sigilo total sobre os trabalhos, objeto deste pregão, e não poderá reproduzi-los, parcial ou integralmente, publicá-los, divulgá-los ou repassá-los a terceiros.

7.2.6. No caso das versões e/ou revisões, a Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelas correções de texto que porventura venham a ser solicitadas, sem ônus para a Unifesspa.

7.2.7. No caso das correções de caráter técnico no texto, solicitadas pelos revisores, de que resultem a tradução adicional de parágrafos e tópicos, o trabalho adicional poderá ser cobrado de acordo com o número de laudas acrescentado.

7.2.8. As correções de linguagem e gramática serão de obrigação da Contratada, sem pagamento de valor adicional.

7.2.9. Pequenas correções e/ou alterações do texto, sugeridas pelos revisores, **que não ultrapassem 10% (dez por cento) do texto inicial traduzido**, também serão obrigação da Contratada, sem ônus adicional para a Unifesspa.

7.3. Os itens deste Termo de Referência têm como base as seguintes características:

7.3.1. O valor dos serviços será calculado por LAUDA, considerando o critério de lauda com até 2.100 (dois mil e cem) caracteres incluindo a contagem de



- espaços, eletronicamente contado pelo processador de textos, tomando-se por base o texto original.
- 7.3.2. Para apuração do número de laudas será utilizado o menu REVISÃO e o comando CONTAR PALAVRAS do processador de textos do Microsoft Word.
- 7.3.3. Não serão contabilizados os cabeçalhos com identificação dos autores; conteúdo das tabelas e figuras.
- 7.3.4. Serão contabilizados os títulos dos artigos, título das tabelas e títulos das figuras.
- 7.3.5. Para textos com extensão superior a 2.100 (dois mil e cem) caracteres, deverá ser feito o cálculo para arredondamento da seguinte forma: o número de caracteres do texto final será dividido por 2.100 (dois mil e cem); caso o resultado não seja um número inteiro, se as duas primeiras casas decimais forem menores que ou iguais a 50 (cinquenta), o número inteiro não deverá ser alterado; se as duas primeiras casas decimais forem maiores que 50 (cinquenta), o número inteiro deverá ser acrescido em uma unidade. Por exemplo, um total de 3,37 laudas deverá ser arredondado para 3, e um total de 7,51 laudas deverá ser arredondado para 8.
- 7.4. Os serviços deverão ser executados com base, também, nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:
- 7.4.1. A aceitação do objeto ficará condicionada ao atendimento das exigências do Edital e seus anexos quanto à execução dos serviços, cumprimento das cláusulas contratuais (ou instrumento equivalente) e demais obrigações.
- 7.4.2. A metodologia de avaliação se dará através de Fiscalização, a ser exercida por servidor especialmente designado pela Administração, devendo a qualidade técnica do serviço prestado ser condizente com o padrão exigido pela Unifesspa, e será aferida também com base nos seguintes critérios:
- 7.4.2.1. Cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos neste instrumento;
- 7.4.2.2. Qualidade da tradução, versão e revisão;
- 7.4.2.3. Qualidade da formatação;
- 7.4.2.4. Considerações feitas a partir dos revisores e/ou editores dos artigos submetidos às revistas.
- 7.4.3. Para os casos em que haja contestações e considerações dos revisores e/ou editores dos artigos submetidos às revistas com relação a alguma palavra / frase / parágrafo / lauda que não esteja em acordo com o trabalho desempenhado pelo fornecedor, este deverá realizar as devidas correções no prazo estipulado no item 6.1.3 ou no prazo limite dado pelos revisores/editores da revista em questão, caso este prazo seja menor que o estipulado neste Termo de Referência.

## **8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 8.1.1. Por meio de calendário interno, a Unifesspa recebe as solicitações dos serviços e a execução dos mesmos pode ser feita de forma total ou parcial, de acordo com o valor presente na Nota de Empenho a ser emitida.
- 8.1.1.1. Essas solicitações ocorrem no mínimo 02 vezes ao ano, de acordo com as datas do calendário de contratações da Unifesspa.
- 8.1.2. As solicitações são analisadas pelo Gestor de Ata que fará o envio dos textos para a execução do serviço, com base nos aspectos descritos no item 7.
- 8.1.3. Após a execução dos serviços e verificação dos mesmos pelos solicitantes, pode ser iniciado o procedimento para pagamento do serviço, sendo que terá como base a Nota de Empenho.
- 8.1.3.1. O valor a ser pago depende do valor disposto na Nota de Empenho emitida. Se o valor do serviço é o total da Nota, o pagamento será efetivado na sua totalidade. Caso o valor do serviço seja parte do total da Nota, o pagamento será feito pelo valor do serviço correspondente e o saldo poderá ser utilizado para outro serviço pela mesma unidade solicitante.



## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 9.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 9.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 9.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 9.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Disponibilizar à empresa contratada o texto em formato de texto editável (".doc" ou ".docx");
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Enviar cópia da nota de empenho emitida e registrada em favor do fornecedor contratado, em data compreendida durante a vigência da Ata de Registro de Preços assinada;
- 9.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.11. Verificar a conformidade dos serviços conforme descrição constante deste Termo de Referência, bem como os prazos de execução e qualidade dos serviços executados;
- 9.12. Rejeitar a execução caso seja constatada não conformidade dos serviços com o descrito neste Termo de Referência, devendo solicitar a substituição dos serviços dentro da conformidade;
- 9.13. Atestar o recebimento definitivo dos serviços na nota fiscal/fatura e encaminhar o documento para pagamento, dentro dos prazos previstos;





9.14. Documentar as ocorrências havidas e informá-las ao fiscal da prestação dos serviços registrados na Ata de Registro de Preços, notificando a empresa contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no objeto;

9.15. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

9.15.1. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato (ou Ata), até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

10.8. Responsabilizar-se pela fidedignidade dos textos traduzidos, versados ou revisados referentes aos documentos originais a si confiados, respondendo por todas as obrigações assumidas;



- 10.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o CONTRATO, nem subcontratar qualquer dos serviços a que está obrigada;
- 10.10. Assumir a responsabilidade por danos ou prejuízos, materiais ou morais, que a Unifesspa possa sofrer em decorrência de culpa da Contratada ou dolo quando da execução do serviço;
- 10.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.13. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.15. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 10.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.17. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;





10.25. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.25.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.25.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis..

10.26. Não utilizar, em hipótese alguma, ferramenta de tradução automática (machine translation) como o Google Translator. Exime-se o uso de ferramentas computadorizadas de auxílio à tradução (ex. SDL TRADOS, MemoQ), desde que respeitadas as condições de sigilo e confidencialidade do presente Contrato. Inclusive, a Contratante poderá exigir o uso de uma dessas ferramentas específicas de acordo com suas demandas internas, sem custo adicional para ambas as partes;

10.27. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação de forma motivada;

10.28. Manter sigilo absoluto sobre todos os documentos, traduções e demais serviços que realizar, instruindo a equipe no cumprimento dos dispostos a seguir quando tiver acesso a informações confidenciais da CONTRATANTE.;

11. Limitar o acesso das informações dos textos aos profissionais que estejam envolvidos nos serviços objeto deste Contrato;

12. Notificar prontamente a Unifesspa sobre qualquer divulgação ou uso não autorizado destas informações e seguir todos os passos indicados para remediar qualquer divulgação ou uso;

13. Não usar, gravar ou de alguma outra forma reproduzir ou reter estas informações, exceto se autorizado por escrito pela Unifesspa;

13.1. Assinar TERMO DE CONFIDENCIALIDADE para manutenção de sigilo dos materiais, dados e informações adquiridos através dos serviços de tradução/versão prestados.

#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

#### **15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais



representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 16.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 16.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 16.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.



16.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

16.16.1. Verificação de cada serviço quanto à entrega, execução e cumprimento dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

16.16.2. Contato periódico com representante da CONTRATADA sobre procedimentos e acompanhamento de execução de serviços solicitados;

16.16.3. Consulta a regularidade do fornecedor por meio do SICAF para proceder com solicitação de novos serviços e para pagamento dos executados;

16.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

17.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

17.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.2.1. não produziu os resultados acordados;

17.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.3. A prestação de serviços será parcelada, em quantidades variáveis, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária da Unifesspa, durante o período de 08 (oito) meses contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado.

17.4. A execução dos serviços será iniciada no dia útil posterior à data de recebimento do material a ser traduzido, revisado e versado.

17.5. Quando da entrega do serviço, a unidade solicitante pode requerer a reexecução do serviço para a empresa contratada, livre de qualquer ônus adicional, no todo ou em partes, caso sejam identificadas incongruências na tradução, versão ou revisão realizada, tantas vezes quantas forem necessárias para a satisfação da contratante com a qualidade do serviço entregue.



- 17.5.1. A responsabilidade pela substituição dos serviços fora da conformidade será exclusivamente da empresa, inclusive com todos os custos advindos desta.
- 17.5.2. O prazo para correção do material em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta está descrito no título 6 deste instrumento, sem prejuízo das sanções administrativas.
- 17.6. A unidade solicitante sempre deverá ser consultada caso haja alguma dúvida da empresa contratada com relação ao entendimento do conteúdo a ser traduzido, versado ou revisado.
- 17.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 17.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 17.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 17.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços.

## 18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 18.2. No prazo de até **5 dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 18.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 18.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 18.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as



eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.3.2. No prazo de até **10 dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.4. No prazo de até **10 (dez) dias corridos** a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

18.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.4.3. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

18.5. O recebimento da última etapa da execução equivale ao recebimento do objeto como um todo, e será realizado da seguinte forma:

18.5.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

18.5.2. definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

18.5.3. O prazo para recebimento definitivo será de até 60 dias.



18.5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento.

18.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.7. O gestor da Ata emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos serviços prestados pela empresa, e comunicará formalmente à CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor a ser pago de acordo as especificações emitidas na Ordem de serviço (OS) e de acordo com a avaliação do gestor da Ata sobre o serviço prestado que também será emitido formalmente seu parecer, mediante canal institucional.

18.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

19.3. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

19.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

19.5.1. O prazo de validade;

19.5.2. A data da emissão;

19.5.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

19.5.4. O período de prestação dos serviços;





19.5.5. O valor a pagar; e

19.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 19.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 19.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 19.7.1. Não produziu os resultados acordados;
  - 19.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
  - 19.7.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 19.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.



- 19.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 19.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 19.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 20. REAJUSTE

- 20.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

## 21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, haja vista as particularidades do serviço

## 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 22.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 22.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 22.1.5. cometer fraude fiscal.

**22.1.6. Não manter a proposta.**

- 22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



22.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2. **Multa de**, a ser aplicada conforme o caso, de acordo com a tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	PENALIDADES QUE PODERÃO SER APLICADOS
Executar os serviços fora do prazo estabelecido.	<p>1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;</p> <p>2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;</p> <p>3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;</p> <p>4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e</p> <p>5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;</p> <p>6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.</p>
Comportar-se de modo inidôneo.	<p>1. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos.</p> <p>2. Multa de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual.</p>
Fizer declaração falsa.	<p>1. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos.</p>



	2. Multa de 10% (dez por cento) do valor do instrumento contratual.
Apresentar documentação falsa.	1. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 2. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do instrumento contratual. 3. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Cometer fraude fiscal.	1. Impedimento de licitar com a Administração Pública pelo período de 5 (cinco) anos. 2. Multa de 30% (trinta por cento) do valor do instrumento contratual. 3. Comunicar ao Ministério Público Federal.
Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital do presente pregão eletrônico, em que não se comine outra penalidade	1. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do instrumento contratual, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
Inexecução total	1. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 2 (dois) anos. 2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do instrumento contratual.
Inexecução parcial do objeto.	1. Impedimento de licitar com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará pelo período de 1 (ano) ano. 2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.

22.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si



22.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.6. As sanções previstas nos subitens “22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02



5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.8. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.11. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





- 22.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.14. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.15. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.16. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

- 23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital, **contudo recomenda-se que seja exigido como qualificação financeira somente a apresentação de certidão de falência e concordata com o objetivo de fomentar a maior participação, uma vez que o objeto deste documento não possui alta complexidade.**
- 23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 23.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
    - 23.3.1.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
  - 23.3.2. Documento que comprove a qualificação acadêmica (graduação, especialização, mestrado, doutorado, ou similar) dos colaboradores na Área do Conhecimento do CNPq, conforme listagem no item 5.1.3 deste Termo de Referência;
  - 23.3.3. Documento que informe os colaboradores da empresa que são estrangeiros e seus idiomas nativos;
  - 23.3.4. Documento com indicação do quantitativo de colaboradores da empresa;



23.3.5. A empresa poderá apresentar declaração de futura contratação do profissional habilitado e a comprovação no quadro funcional da empresa deverá ocorrer antes da assinatura da Ata.

23.3.6. A empresa deverá apresentar a comprovação do profissional habilitado correspondente à língua do grupo em que estiver participando.

23.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

**23.4.1. Valor Global: R\$ 882.332,43 (oitocentos e oitenta e dois mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e três centavos);**

23.4.2. Valor Global Grupo 1: R\$ 380.986,13 (Trezentos e oitenta mil, novecentos e oitenta e seis reais e treze centavos);

23.4.3. Valor Global Grupo 2: R\$ 264.830,80 (Duzentos sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta reais e oitenta centavos);

23.4.4. Valor Global Grupo 3: R\$ 236.515,50 (Duzentos e trinta e seis mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta centavos);

23.5. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

23.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.7. As regras de desempate entre propostas são discriminadas no edital.

## **24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

24.1. O custo estimado da contratação é de Valor Global: R\$ 882.332,43 (oitocentos e oitenta e dois mil, trezentos e trinta e dois reais e quarenta e três centavos);

24.1.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo dos grupos e itens dispostos na Tabela do tópico 1 deste Termo de Referência.

24.1.2. O valor foi obtido a partir de ampla pesquisa de mercado nos termos da Instrução Normativa nº 70/2020.

## **25. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

25.1. A execução dos serviços será iniciada a partir do momento em que for aberta a Agenda de Compras internamente na Unifesspa, por onde as unidades solicitaram os serviços e referidas quantidades, culminando com a submissão dos interessados pelos serviços, objeto deste Termo de Referência, na forma que segue:

25.1.1. Haverá a emissão de Ordem de Serviço acerca da especificação do item, respeitando os prazos já mencionados neste Termo de Referência.

25.1.2. As requisições de serviços estarão atrelados ao cronograma disposto no calendário de compras, que abrem para empenhos no mínimo 02 vezes ao ano.

## **26. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO**

26.1. A escolha da modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços se justifica pela necessidade de atendimento a diversas unidades administrativas e acadêmicas, o que implicará em empenhos e entregas parceladas. Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das unidades, possibilitando melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício.



26.2. O agrupamento de itens exposto na tabela, conforme anexo I, visa à padronização dos serviços oferecidos, bem como a celeridade na prestação dos serviços, diminuindo o risco de falhas na prestação dos serviços.

26.2.1. O agrupamento de itens exposto na tabela, visa à padronização dos serviços oferecidos – inclusive a coerência estilística dos textos traduzidos, revisados ou versados – bem como a celeridade na prestação dos serviços, diminuindo o risco de falhas na prestação dos serviços.

26.2.2. O agrupamento sugerido irá priorizar a seguinte divisão: grupo por língua estrangeira, pois observou-se que poderia restringir a concorrência, já que empresas podem não oferecer os serviços de determinada língua estrangeira, como observado nas contratações dos anos anteriores.

26.2.3. Para complementar e assegurar a qualidade dos serviços, será necessário incluir no Termo de Referência que a empresa que realizou a tradução ou versão, ao ser solicitada para realizar a revisão desses mesmos textos, seja outro funcionário, distinto daquele que realizou a tradução e/ou versão.

26.3. Neste sentido, a realização do agrupamento é indispensável, além dos motivos expostos acima, para melhor gerenciamento das demandas de requisições da Agenda de contratações da Unifesspa. Sendo assim, poderá não ser solicitado todos os itens do mesmo grupo em virtude das necessidades das diversas unidades administrativas e acadêmicas para atendimento dos serviços.

26.4. Portanto, é inviável, dentro do modelo de execução da contratação atual da Unifesspa, e para atendimento da agenda, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo.

## **27. OUTRAS DEFINIÇÕES**

27.1. Será permitida a Adesão da Ata por outros entes da Administração conforme prevê o DECRETO nº 9.488, de 30 de agosto de 2018.

27.2. Justifica-se a permissão de Adesão à Ata visando aumentar o interesse dos fornecedores e garantir o sucesso desta licitação. Além disso, tais itens se enquadram com a especificação e características comuns para atualização dos órgãos da Administração Pública.

27.3. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

27.4. A presente contratação se dará por Pregão Eletrônico, do tipo Sistema de Registro de Preço – SRP, pois o objeto enquadra-se no disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.892/2013.

27.4.1. Devido à natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, havendo a necessidade de contratações frequentes.

27.4.2. Foi constatado a utilização do Sistema de Registro de Preço devido a demanda e quantidades apresentadas representar características permitidas por esta modalidade a fim de atender, parceladamente, as demandas oriundas da agenda de contratações da Unifesspa de acordo com o calendário de compras e contratações da Unifesspa.

## **28. ANEXOS**

**28.1. ANEXO I - Tabela de itens e preço referência**

**28.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar (ETP)**



Responsáveis pela elaboração	
<b>Nome:</b>	
Lais Menezes da Costa Sousa	
<b>CPF:</b>	<b>Siape:</b>
763.243.382-15	2378945
<b>Nome:</b>	
Diogenes Henrique de Siqueira Silva	
<b>CPF:</b>	<b>Siape:</b>
329.073.508-70	2315635
<b>Nome:</b>	
Gildene Gonçalves dos Santos	
<b>CPF:</b>	<b>Siape:</b>
005.824.541-31	2211144
<b>Nome:</b>	
Patrícia F Corrêa Gonçalves	
<b>CPF:</b>	<b>Siape:</b>
779.067.802-72	2244501



**ANEXO I**

**Tabela de itens e preço referência**

GRUPO 1									
Nº	Item PAC	Código SIPAC	CATMAT / CATSER	Denominação	Descrição Detalhada	Unidade Fornecimento	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1	802	3979000000001	3891	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS, POR PÁGINA - INGLÊS / PORT	TRADUÇÃO INGLÊS-PORTUGUÊS. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM TRADUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS RELACIONADOS COM A PESQUISA CIENTÍFICA E EDUCACIONAL, DO IDIOMA INGLÊS PARA O IDIOMA PORTUGUÊS. A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ SER POR LAUDA. MÉDIA DE 2.100 (DOIS MIL E CEM) CARACTERES POR LAUDA, INCLUINDO OS ESPAÇOS NA CONTAGEM DOS CARACTERES.	LAUDA	1560	R\$ 56,36	R\$ 87.921,60
2	806	3979000000005	3891	SERVIÇOS DE VERSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS, POR PÁGINA - PORT / INGLÊS	VERSÃO PORTUGUÊS-INGLÊS. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM VERSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS RELACIONADOS COM A PESQUISA CIENTÍFICA E EDUCACIONAL, DO IDIOMA PORTUGUÊS PARA O IDIOMA INGLÊS. A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ SER POR LAUDA. MÉDIA DE 2.100 (DOIS MIL E CEM) CARACTERES POR LAUDA, INCLUINDO OS ESPAÇOS NA CONTAGEM DOS	LAUDA	3062	R\$ 65,50	R\$ 200.561,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS



					CARACTERES.				
3	794	3979000000004	3891	SERVIÇOS DE REVISÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS, POR PÁGINA - PORT / INGLÊS	REVISÃO EM INGLÊS. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM CORREÇÃO GRAMATICAL, ORTOGRÁFICA E DE ADEQUAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS RELACIONADOS COM A PESQUISA CIENTÍFICA E EDUCACIONAL, EM TERMOS DE CLAREZA E COESÃO (REVISÃO COM COPIDESQUE), EM INGLÊS, COMPARANDO COM O CONTEÚDO ORIGINAL EM PORTUGUÊS. A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ SER POR LAUDA. MÉDIA DE 2.100 (DOIS MIL E CEM) CARACTERES POR LAUDA, INCLUINDO OS ESPAÇOS NA CONTAGEM DOS CARACTERES.	LAUDA	3231	R\$ 28,63	R\$ 92.503,53
TOTAL DO GRUPO 01									R\$ 380.986,13

GRUPO 2

Nº	Item PAC	Código SIPAC	CATMAT / CATSER	Denominação	Descrição Detalhada	Unidade Fornecimento	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
4	799	3979000000002	3891	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS, POR PÁGINA - ESPANHOL / PORT	TRADUÇÃO ESPANHOL-PORTUGUÊS. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM TRADUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS RELACIONADOS COM A PESQUISA CIENTÍFICA E EDUCACIONAL, DO IDIOMA ESPANHOL PARA O IDIOMA PORTUGUÊS. A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ SER POR LAUDA. MÉDIA DE 2.100 (DOIS MIL E	LAUDA	1430	R\$ 60,32	R\$ 86.257,60





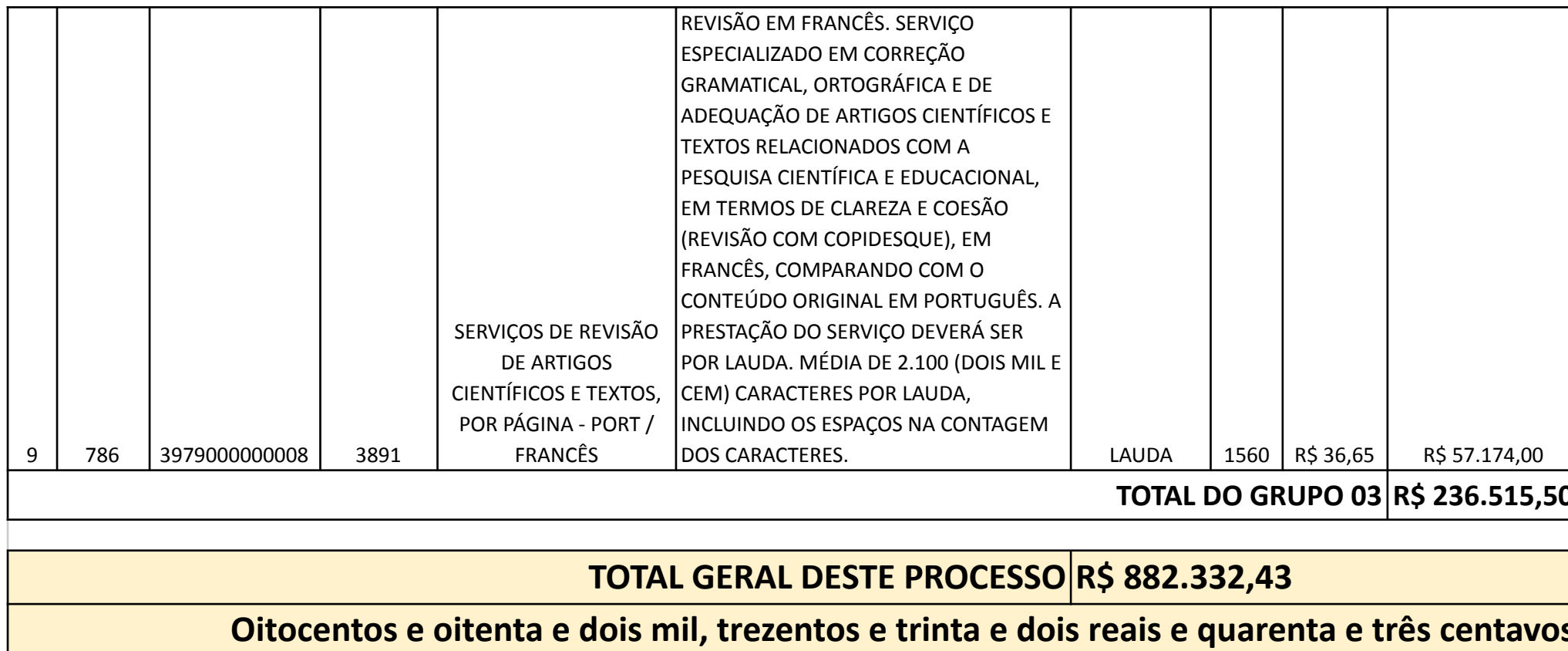
**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**



					CEM) CARACTERES POR LAUDA, INCLUINDO OS ESPAÇOS NA CONTAGEM DOS CARACTERES.				
5	803	3979000000007	3891	SERVIÇOS DE VERSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS, POR PÁGINA - PORT / ESPANHOL	VERSÃO PORTUGUÊS-ESPANHOL. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM VERSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS RELACIONADOS COM A PESQUISA CIENTÍFICA E EDUCACIONAL, DO IDIOMA PORTUGUÊS PARA O IDIOMA ESPANHOL. A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ SER POR LAUDA. MÉDIA DE 2.100 (DOIS MIL E CEM) CARACTERES POR LAUDA, INCLUINDO OS ESPAÇOS NA CONTAGEM DOS CARACTERES.	LAUDA	1885	R\$ 63,82	R\$ 120.300,70
6	784	3979000000006	3891	SERVIÇOS DE REVISÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS, POR PÁGINA - PORT / ESPANHOL	REVISÃO EM ESPANHOL. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM CORREÇÃO GRAMATICAL, ORTOGRÁFICA E DE ADEQUAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS RELACIONADOS COM A PESQUISA CIENTÍFICA E EDUCACIONAL, EM TERMOS DE CLAREZA E COESÃO (REVISÃO COM COPIDESQUE), EM ESPANHOL, COMPARANDO COM O CONTEÚDO ORIGINAL EM PORTUGUÊS. A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ SER POR LAUDA. MÉDIA DE 2.100 (DOIS MIL E CEM) CARACTERES POR LAUDA, INCLUINDO OS ESPAÇOS NA CONTAGEM DOS CARACTERES.	LAUDA	1625	R\$ 35,86	R\$ 58.272,50



TOTAL DO GRUPO 02									R\$ 264.830,80
GRUPO 3									
Nº	Item PAC	Código SIPAC	CATMAT / CATSER	Denominação	Descrição Detalhada	Unidade Fornecimento	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
7	800	3979000000003	3891	SERVIÇOS DE TRADUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS, POR PÁGINA - FRANCÊS / PORT	TRADUÇÃO FRANCÊS-PORTUGUÊS. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM TRADUÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS RELACIONADOS COM A PESQUISA CIENTÍFICA E EDUCACIONAL, DO IDIOMA FRANCÊS PARA O IDIOMA PORTUGUÊS. A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ SER POR LAUDA. MÉDIA DE 2.100 (DOIS MIL E CEM) CARACTERES POR LAUDA, INCLUINDO OS ESPAÇOS NA CONTAGEM DOS CARACTERES.	LAUDA	1365	R\$ 59,18	R\$ 80.780,70
8	804	3979000000009	3891	SERVIÇOS DE VERSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS, POR PÁGINA - PORT / FRANCÊS	VERSÃO PORTUGUÊS-FRANCÊS. SERVIÇO ESPECIALIZADO EM VERSÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TEXTOS RELACIONADOS COM A PESQUISA CIENTÍFICA E EDUCACIONAL, DO IDIOMA PORTUGUÊS PARA O IDIOMA FRANCÊS. A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DEVERÁ SER POR LAUDA. MÉDIA DE 2.100 (DOIS MIL E CEM) CARACTERES POR LAUDA, INCLUINDO OS ESPAÇOS NA CONTAGEM DOS CARACTERES.	LAUDA	1560	R\$ 63,18	R\$ 98.560,80





---

Emitido em 27/04/2022

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23/2022 - DICS (11.16.03)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 29/04/2022 09:06 )*

**GILDENE GONÇALVES DOS SANTOS**

*CHEFE DE DIVISAO*

*2211144*

*(Assinado digitalmente em 28/04/2022 15:29 )*

**PATRICIA FONSECA CORREA GONCALVES**

*COORDENADOR*

*2244501*

*(Assinado digitalmente em 28/04/2022 15:31 )*

**DIOGENES HENRIQUE DE SIQUEIRA SILVA**

*CHEFE DE DIVISAO*

*2315635*

*(Assinado digitalmente em 29/04/2022 12:54 )*

**LAIS MENEZES DA COSTA SOUSA**

*CHEFE DE DEPARTAMENTO*

*2378945*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.unifesspa.edu.br/documentos/> informando seu número: **23**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **28/04/2022** e o código de verificação: **e2474fc432**